



GT 13. Antropologia dos direitos e das moralidades: Estado, "violência" e

Coordenador(es):

Flavia Medeiros Santos (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Lucia Eilbaum (UFF - Universidade Federal Fluminense)

O GT debaterá práticas, sentidos e valores associados a processos de configuração da “violência de estado” nas suas dimensões políticas, sociais e morais. Consideramos “violência” como categoria local, relacional e polissêmica, interessando discutir etnografias que analisem processos e/ou casos classificados como violência e como esta categoria têm efeitos na produção de direitos, moralidades e nas práticas de intervenção estatal e/ou paraestatal. O GT terá como questões: como se constroem práticas e moralidades em torno da categoria violência de estado?; como são criados, manipulados, incorporados, legitimados e/ou naturalizados dispositivos que resultam em processos e/ou casos definidos como violência de estado?; como se estabelecem movimentos sociais e processos políticos de demanda por direitos humanos e luta contra a violência de estado?; como casos denunciados como violência de estado repercutem? Esperamos trabalhos que analisem a relação entre violência de estado e direitos humanos, sua profundidade e continuidade histórica e categorias que lhe dão forma em processos sociais singulares. Em especial, etnografias que discutam práticas estatais e dispositivos de intervenção (burocráticos, judiciais, policiais, administrativos); processos de demandas e mobilização por direitos, considerando regimes políticos distintos e; contextos de demanda por justiça, verdade, memória, reparação, e denúncia de violência institucional, extermínio, terrorismo de estado e genocídio.

Em busca da verdade: escravidão, reparação e violência no Brasil

Autoria: Márcia Leitao Pinheiro (UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro)

Em 2014, foi formado um coletivo de organizações do movimento negro com a finalidade de denunciar e enfrentar a violência e seus danos que atingem a população negra no Brasil. Esse coletivo, presente em diversos estados, recorre a dispositivo de esclarecimento histórico, Comissão da Verdade, a fim de explicitar como o período da escravidão beneficiou o Estado brasileiro. Apesar do término da escravidão, esse coletivo entende haver a persistência de sua influência no cotidiano e no Estado, haja vista a violência contra a população negra como, por exemplo, a praticada por forças policiais. Diante disso, o coletivo apresenta demandas por verdade e justiça dos crimes ocorridos no passado e a sua reparação, assim como sustenta que as suas reivindicações não podem ser conduzidas sem estabelecer a denúncia das violências registradas no presente. A partir da abordagem etnográfica e a análise de documentos, buscarei refletir sobre a apropriação do mecanismo de esclarecimento histórico por esse coletivo de organizações do movimento negro e a sua agenda de luta. Para tanto, focalizo a homenagem dirigida a um grupo de mães de jovens desaparecidos? moradores de favelas do Rio de Janeiro e de Santos - e como isso tem sido relacionado com a escravidão, com a injustiça e também com as ações de forças estatais de segurança, corroborando, assim, a persistência do estado de exceção que atinge parte da população do país. Ainda será contemplado como isso é articulado pelo coletivo com a finalidade de reivindicar verdade, justiça, memória e reparação.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: